

**PARECER CONSELHO FISCAL BNDES**  
**(Nº. 01/2023)**

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso I do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 02/2023, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ1/JUFIT 001/2022, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório do Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2022, de 06/03/2023 que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 07/03/2023, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/2022, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**PARECER CONSELHO FISCAL BNDES**  
**(Nº. 01/2023)**

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso II do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 41.743.048.485,33 (quarenta e um bilhões, setecentos e quarenta e três milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), contemplada nas referidas Demonstrações Financeiras, a seguir discriminada:

- a) 5%, correspondentes a R\$ 2.087.152.424,27 (dois bilhões, oitenta e sete milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- b) 25%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 9.913.974.015,27 (nove bilhões, novecentos e treze milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quinze reais e vinte e sete centavos), a título de remuneração mínima obrigatória, dos quais R\$ 3.201.742.352,29 (três bilhões, duzentos e um milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio – JCP e R\$ 6.712.231.662,98 (seis bilhões, setecentos e doze milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) na forma de Dividendos;
- c) 35%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 13.879.563.621,37 (treze bilhões, oitocentos e setenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos), para a constituição da Reserva para Equalização de Dividendos Complementares; e
- d) 40%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 15.862.358.424,42 (quinze bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), para a constituição da Reserva para Futuro Aumento de Capital e, nos termos do parágrafo 9º do Art. 68 do Estatuto Social do BNDES e da Resolução CMN nº 4.872/2020, posterior aumento do capital social, mediante autorização do Banco Central do Brasil, pela incorporação dessa reserva, até o limite do capital autorizado previsto no Art. 13 do Estatuto, sem a emissão de novas ações, independentemente de alteração estatutária, após aprovação da destinação do resultado pela Assembleia Geral.

**PARECER CONSELHO FISCAL BNDES**  
**(Nº. 01/2023)**

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários do BNDES, em 31/12/2022, estão registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2023

Pricilla Maria Santana

Antonio Simoes Branco Junior

Marília Moreira Garcez